

CONSELHO ESCOLAR: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO NA RBPAE E NO SITE DO POSEDUC/UERN - 2010 A 20208

Luzitana Saraiva de Oliveira Almeida, UERN, luzitanasaraiva@hotmail.com

Selma Mendonça Bezerra, UERN, selmambg@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto é oriundo de reflexões geradas de uma pesquisa, em andamento e em fase inicial, na linha de Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (POSEDUC/UERN). A pesquisa trata de um levantamento *online* na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE⁹, haja vista ser uma revista que promove debates acerca das políticas educacionais em diversos contextos, difundindo várias experiências em relação a gestão democrática, bem como no *site* do POSEDUC/UERN¹⁰, no sentido de responder ao seguinte questionamento: que estudos foram realizados sobre os conselhos escolares e que se encontram publicados na RBPAE e no *site* do POSEDUC/UERN nos anos de 2010-2020? Nosso objetivo é identificar estudos acerca do conselho escolar que foram publicados em um periódico específico da área e em uma linha voltada para as discussões em torno das políticas e gestão da educação.

UMA BREVE ANÁLISE NA CAPTURA DOS ESTUDOS

Realizado o levantamento de dados e temáticas na da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE e do POSEDUC/UERN, tendo a intenção de colocar as pesquisadoras iniciantes em contato direto com os escritos sobre determinado assunto (MARCONI, 2007). É o levantamento bibliográfico como primeiro passo que nos possibilita entender como os autores discutem o tema, as perspectivas teórico-metodológicas e os principais resultados. Consideramos que este é o primeiro passo para a realização de qualquer pesquisa científica.

⁸ Trabalho orientado pela Professora Doutora Arilene Maria Soares de Medeiros, docente, do Programa de Pós-Graduação em Educação - POSEDUC, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

⁹ <https://seer.ufrgs.br/rbpae>

¹⁰ <http://propeg.uern.br/poseduc/default.asp?item=poseduc-apresentacao>

Entre os anos de 2010 e 2020, a RBPAE publicou quatrocentos e seis artigos (406), os quais trazem os mais diversos assuntos sobre política e administração da educação, para a realização da pesquisa usamos como filtro “Conselho escolar” e não houve resultados. Então, procuramos por “gestão democrática” e destacamos doze (12) artigos que tratam de gestão democrática escolar. Realizamos a leitura de seus resumos e observamos que nenhum deles traz em seus títulos os conselhos escolares. Mas, encontramos no interior dos textos referências sobre conselhos municipais de educação e conselhos escolares, como parte integrante de uma gestão educacional democrática, uma vez que os colegiados são de suma importância para efetivação da gestão pautada na participação e envolvimento da comunidade escolar. Considerando esse quadro referencial pesquisado, recorreremos a um conjunto de achados pertinentes nessas capturas.

Nos artigos que colhemos da RBPAE encontramos assuntos voltados para os conselhos escolares que faz referências ao tratar do Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2011, fazendo uma acepção sobre o eixo financiamento e gestão da educação a qual “define que cada sistema deveria implantá-la na forma de Conselhos de Educação, no âmbito do sistema; na forma de conselhos escolares com representação da comunidade educacional, no âmbito das escolas” (POLI e LAGARES, 2017 p. 838).

Na sequência, Poli e Lagares (2017) abordam ainda no corpo dos textos passagens sobre a escolha de diretores e participação dos conselhos escolares na construção do Projeto Político Pedagógico. Nessa perspectiva traz uma conotação de competência e compromisso, voltados para o controle social pedagógico e dos recursos financeiros, o qual atribui uma importância essencial a formação e manutenção de colegiados, com ênfase no envolvimento das famílias e dos profissionais da educação, desse modo se efetivando contribuições importantes junto ao conselho escolar.

Outra temática relevante encontrada nas discussões remete ao envolvimento das pessoas para construção da realidade desejada, caracterizando uma via de aperfeiçoamento para concretizar a democratização da gestão escolar. Já que os conselhos escolares se constituem em um pilar importante na gestão democrática, sendo esta normatizada em forma de Lei na Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/1996), a mesma traz em seu artigo 14, estabelecer orientação legal que respalda a participação na construção do Projeto Político Pedagógico para as normas de gestão democráticas, previstas nos princípios I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e II – participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Segundo Paro (2016, p24), “A participação da comunidade escolar, como todo processo democrático, é caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação”. Dessa forma, a democracia é um processo construído paulatinamente no dia a dia e nas relações vivenciadas na prática.

Na busca realizada no banco de dissertações do POSEDUC/UERN, encontramos cento e oitenta e oito (188) dissertações. Decidimos filtrar dentre essas, aquelas que tinham sido realizadas dentro da linha de Pesquisa em Políticas e Gestão da Educação, por ser a área de estudos a qual estamos inseridas. Reiteramos que esse programa iniciou no ano de 2011, com o início das defesas de dissertações no ano de 2013. Encontramos sessenta e duas (62) dissertações, discorrendo os seguintes temas: Ensino Médio, conselho escolar, políticas educacionais e gestão escolar.

Mediante essa busca, encontramos oito (8) pesquisas que abordam em seus títulos, conteúdos e palavras chave, o conselho escolar como pauta de discussão com variadas perspectivas: dinheiro direto na escola, subjetividade, racionalidade comunicativa, conselho escolar e empoderamento, dentre outras.

Nesse sentido, pesquisar sobre o conselho escolar nos apresenta um caminho para acesso ao conhecimento sistematizado, compreendendo que esse colegiado é um importante órgão, se bem composto e atualizado configura a própria democracia nas instituições públicas.

CONCLUSÕES

Em linhas gerais, os dados obtidos nessas duas fontes *online* resultaram em um amplo leque de ideias sobre como a temática conselho escolar vem sendo discutida no meio acadêmico.

Analisando os artigos da Revista Brasileira de Política e Administração da Educação – RBPAE, detectamos nas entrelinhas significativas discussões e reflexões acerca do que está sendo relevante para o campo das políticas educacionais, bem como ampliou nossa visão a respeito dos assuntos discutidos sobre gestão democrática escolar e dos sistemas.

As análises capturadas em dissertações encontradas do POSEDUC/UERN apontam estudos de alguns conceitos do entorno, mais especificamente a fundamentação legal, a contextualização do conselho escolar no Brasil e relatos de experiência em participação do colegiado. Percebemos a ausência de estudos detalhados em algumas temáticas relevantes, como exemplo, a cultura democrática, as relações de poder e a participação da comunidade.

Realçamos que ainda há muito para discutir na pesquisa científica e produções acadêmicas quanto a participação do conselho escolar, sua autonomia, transparência e pluralidade de ideias.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 08 mar. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6.ed. - São Paulo: Atlas 2007.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 4. Ed. São Paulo. Cortez 2016.

POLI, Luzenir; LAGARES, Rosilene. **Dilemas da gestão democrática da educação frente ao contexto da Nova Gestão Pública**. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 835-849, out. 2017. Setembro a dezembro. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/76080/46226>. Acesso em: 08 mar. 2021.